



TRIBUNAL REGIONAL ELEITORAL DO ESPÍRITO SANTO

**CARTA-CONTRATO Nº 15 - TRE-ES/PRE/DG/SAO/COMAP/SC****Processo nº 0003211-85.2022.6.08.8000****CONTRATANTE: TRIBUNAL REGIONAL ELEITORAL DO ESPÍRITO SANTO CNPJ:**  
03.910.634/0001-70

Endereço: Av. João Batista Parra, 575, Praia do Suá, Vitória/ES CEP 29.052-123 Telefone; (27) 2121-8500

**CONTRATADA: FLÁVIO MILANEZI COMÉRCIO DE GÁS E BEBIDAS ME CNPJ/MF:**  
19.374.998/0001-12**ENDEREÇO:** Rua Castelo Branco, S/Nº, Santos Dumont, Colatina/ES 29706-410,  
*email:* flaviodistribuidoracolatina@hotmail.com**CLÁUSULA PRIMEIRA – DO OBJETO**

Fornecimento de água mineral potável, sob demanda, incluindo o serviço de entrega.

**§1º. Endereço do Local de Entrega**

Cartório Eleitoral da 06ª Zona, situado na Avenida Vitória, nº 44, Bairro Maria das Graças, Colatina/ES 29705-021, Telefones: (27) 3722-4806 / (27) 3721-5048.

**§2º. Do Fundamento Legal**

A presente contratação tem fundamento legal na Lei nº 8.666/93, sendo dispensável a licitação nos termos do seu art. 24, II, e dar-se-á sob regime de execução indireta - EMPREITADA POR PREÇO UNITÁRIO e obedecerá ao estipulado neste instrumento, no Termo de Referência que embasou a contratação e na proposta apresentada pela Contratada em 06/07/2022.

**§3º. Da Lei Geral de Proteção de Dados Pessoais**

a) As partes obrigam-se a cumprir o disposto na Lei nº 13.709/2018 em relação aos dados pessoais a que venham ter acesso em decorrência da execução contratual, comprometendo-se a manter sigilo e confidencialidade de todas as informações – em especial os dados pessoais e os dados pessoais sensíveis – repassadas em decorrência da execução contratual, sendo vedada a transferência, a transmissão, a comunicação ou qualquer outra forma de repasse das informações a terceiros, salvo as decorrentes de obrigações legais ou para viabilizar o cumprimento do instrumento contratual.

b) É vedada às partes a utilização de todo e qualquer dado pessoal repassado em decorrência da execução contratual, para finalidade distinta da contida no objeto da contratação, sob pena de responsabilização administrativa, civil e criminal.

c) A Contratada fica obrigada a comunicar ao Contratante, em até 24 (vinte e quatro) horas, a contar da ciência do ocorrido, qualquer incidente de segurança aos dados pessoais repassados em decorrência desta contratação e a adotar as providências dispostas no art. 48 da Lei Geral de Proteção de Dados Pessoais.

d) As partes obrigam-se a proceder, ao término do prazo de vigência, à eliminação dos dados pessoais a que venham ter acesso em decorrência da execução contratual, ressalvados os casos em que a manutenção dos dados por período superior decorra de obrigação legal.

**§4º. Da Comunicação entre Contratante e Contratada**

a) Toda e qualquer documentação relativa à contratação deverá ser encaminhada à outra parte, prioritariamente, através de correio eletrônico.

- a.1) O Contratante poderá, a seu critério, solicitar a apresentação de documento original ou cópia autenticada para verificação da autenticidade dos documentos enviados por correio eletrônico.
- b) A comunicação será considerada recebida após a confirmação de entrega automática encaminhada pelo Outlook, independentemente de confirmação de recebimento por parte da Contratada, ficando sob sua responsabilidade a verificação da conta de e-mail.
- c) As partes se obrigam a informar o endereço eletrônico de contato em até 05 (cinco) dias úteis após a assinatura do instrumento contratual, caso não tenha sido informação previamente.

## CLÁUSULA SEGUNDA – DA VIGÊNCIA

O presente instrumento terá vigência a partir da data de sua assinatura e término em **31/12/2022**.

## CLÁUSULA TERCEIRA – DOS ENCARGOS DO CONTRATANTE

- a) Promover, por intermédio do fiscal contratual, o acompanhamento e a fiscalização da contratação, anotando as falhas detectadas e comunicando formalmente à Contratada as ocorrências de quaisquer fatos que, a seu critério, exijam medidas corretivas por parte da mesma;
- b) Enviar à Contratada via *e-mail* (correio eletrônico) ou telefone as solicitações de fornecimento, com a confirmação do seu recebimento;
- c) Efetuar o pagamento à Contratada, de acordo com as condições estabelecidas neste instrumento.

## CLÁUSULA QUARTA – DAS OBRIGAÇÕES DA CONTRATADA

- a) Proceder à assinatura digital do instrumento contratual em até 03 (três) dias úteis após a sua disponibilização no ambiente SEI do TRE/ES;
- b) Fornecer e entregar o objeto conforme as especificações contidas neste instrumento;
- b.1) O objeto deverá ser entregue no prazo máximo de 01 (um) dia útil, após o recebimento da solicitação feita através de telefone ou e-mail, efetuada pelo fiscal do contrato, no endereço do Cartório Eleitoral da 06ª ZE;
- b.2) A água mineral potável, sem gás, deverá ser fornecida em garrafão de 20 litros, lacrado, dentro dos padrões estabelecidos pelo Departamento Nacional de Produção Mineral – DNPM e Agência Nacional de Vigilância Sanitária -ANVISA, com marca, procedência e validade impressas no rótulo do produto;
- b.3) Em caso de vazamento, ou qualquer outra anomalia no garrafão, o mesmo deverá ser substituído sem ônus para o Contratante;
- c) Fornecer para emprego na execução dos serviços somente produtos de primeira qualidade, que satisfaçam os fins que deles se espera, observando-se rigorosamente as especificações técnicas e a regulamentação aplicável;
- d) Informar os dados do seu domicílio bancário (banco, agência e conta) para o correspondente pagamento, bem como, se é optante pelo Simples Nacional;
- d.1) Caso não apresente a informação de opção pelo Simples, os impostos e contribuições poderão ser devidamente retidos ao Tesouro Nacional;
- e) Comunicar ao tribunal qualquer alteração no quadro societário e/ou no quadro de empregados que contrarie as disposições da Resolução CNJ nº 07/2005 e alterações posteriores;
- f) Manter durante a execução da Carta-Contrato todas as condições de habilitação da Contratada exigidas na contratação.

## CLÁUSULA QUINTA - DO PREÇO E DO PAGAMENTO

O Contratante pagará à Contratada pela execução do objeto, mensalmente, o valor correspondente os fornecimentos efetuados, somente após o recebimento definitivo do objeto, mediante depósito bancário em conta corrente, até o 5º (quinto) dia útil seguinte ao atesto do documento fiscal pelo servidor responsável, obedecida a ordem cronológica de exigibilidade, nos termos do art. 5º da Lei 8.666/93, sendo:

| Item                           | Quantidade estimada | Valor unitário | Valor Parcial |
|--------------------------------|---------------------|----------------|---------------|
| Garrafão                       | 30                  | R\$ 8,50       | R\$ 255,00    |
| Garrafão - somente o vasilhame | 02                  | R\$ 19,00      | R\$ 38,00     |

VALOR TOTAL ESTIMADO DO CONTRATO

R\$ 293,00

§1º. O valor total estimado da presente carta-contrato é de **R\$ 293,00** (duzentos e noventa e três reais).

§2º. Havendo erro no documento fiscal ou circunstância que impeça a liquidação da despesa, aquela será devolvida à Contratada e o pagamento ficará pendente até que o mesmo providencie as medidas saneadoras.

§3º. A empresa optante pelo SIMPLES, para usufruir da isenção da retenção de tributos e contribuições estabelecida pela IN SRF nº 1234/2012, deverá apresentar declaração **ORIGINAL (01) via** na forma do Anexo IV daquela instrução normativa, **JUNTO COM A NOTA FISCAL. CÓPIA NÃO É VÁLIDA.**

§4º. A declaração de que trata o parágrafo anterior poderá ser apresentada por meio eletrônico, com a utilização de certificação digital disponibilizada pela Infraestrutura de Chaves Públicas Brasileira (ICPBrasil), desde que no documento eletrônico arquivado pela fonte pagadora conste a assinatura digital do representante legal e respectiva data da assinatura.

§5º. Nos casos de eventuais atrasos de pagamento, desde que a Contratada não tenha concorrido de alguma forma para tanto, fica convencionado que os encargos moratórios devidos pelo Contratante, entre a data acima referida e a correspondente ao efetivo pagamento do documento fiscal, a serem incluídos em documento próprio, são calculados por meio da aplicação da seguinte fórmula:

EM = Encargos moratórios;

N = Número de dias entre a data prevista para o pagamento e a do efetivo pagamento;

VP = Valor da parcela em atraso.

I = Índice de compensação financeira = 0,00016438, assim apurado

|             |                |                 |
|-------------|----------------|-----------------|
| $I = i/365$ | $I = 0,06/365$ | $I = 0,0001643$ |
|-------------|----------------|-----------------|

Em que i = taxa percentual anual no valor de 6%.

§6º. Não haverá reajustamento de preços.

## CLÁUSULA SEXTA - DA DOTAÇÃO ORÇAMENTÁRIA

A despesa decorrente da aquisição do objeto deste contrato tem adequação orçamentária e financeira com a Lei Orçamentária Anual – LOA, encontra-se em compatibilidade com o Plano Plurianual – PPA 2020/2023 e a Lei de Diretrizes Orçamentária – LDO, conforme disposto no artigo 16 da Lei Complementar nº. 101/2000, e correrá à conta de recursos específicos, consignados no Orçamento Anual deste Tribunal Regional Eleitoral:

AÇÃO: 02.122.0033.20GP.0032 – Julgamento de Causas e Gestão Administrativa na Justiça Eleitoral no Estado do Espírito Santo

Natureza da despesa: 339030 – Material de Consumo

Empenho nº 2022NE000375, de 22/09/2022.

## CLÁUSULA SÉTIMA – DAS PENALIDADES

Em conformidade com as disposições previstas na Lei nº 8.666/93, pelo descumprimento das obrigações decorrentes do presente instrumento, a Contratada ficará sujeita às seguintes sanções:

a) Pelo atraso injustificado na entrega e/ou na substituição do objeto, a Contratada sujeitar-se-á ao pagamento de multa diária correspondente a **5 %** (cinco por cento) sobre o valor do serviço em atraso, até o 2º (segundo) dia de atraso, podendo atingir o percentual de 10% (dez por cento), em cada uma das ocorrências – entrega ou substituição;

a.1) como substituição deve ser entendida qualquer correção que se faça necessária no objeto entregue, antes do seu aceite definitivo, seja a troca de parte ou de todo o material/equipamento entregue, seja, conforme o caso, alguma correção que envolva apenas o serviço de instalação que componha o objeto.

b) Pela inexecução total ou parcial do objeto, a Contratada sujeitar-se-á ao pagamento de multa correspondente a **30 %** (trinta por cento) sobre o valor do serviço inexecutado;

c) Pelo descumprimento de qualquer outra obrigação, a Contratada estará sujeita à multa de **0,5 %** (meio por cento) por ocorrência, calculada sobre o valor total do contrato.

§1º. O atraso superior a 2 (dois) dias, na entrega ou na substituição, caracterizará a inexecução total da obrigação, suscetível à punição conforme disposto na alínea "b".

§2º. As penalidades acima não excluem as demais previstas no art. 87 da Lei nº 8.666/93.

§3º. A aplicação das multas previstas não exime a Contratada de reparar eventuais danos, perdas ou prejuízos que o seu ato punível venha a acarretar à Administração.

§4º. Os valores da multas porventura aplicadas serão descontados dos pagamentos eventualmente devidos pela Administração à Contratada ou cobrados judicialmente.

§5º. As sanções porventura aplicadas pela Administração serão registradas no SICAF.

§6º. A aplicação das penalidades será precedida da concessão da oportunidade de ampla defesa por parte da Contratada, na forma da Lei nº 9.784/99 (Lei do Processo Administrativo).

§7º. A contagem do prazo estabelecido na alínea "a" do *caput* inicia-se automaticamente no primeiro dia de atraso na entrega e/ou na substituição do objeto, não havendo necessidade de apresentação de pedido de prorrogação de prazo pela Contratada, exceto nas hipóteses em que a Administração expressamente manifestar seu desinteresse no recebimento extemporâneo do objeto.

§8º. A base de cálculo da penalidade de multa será proporcional à parcela do objeto entregue ou substituído em atraso, desde que, ao final dos prazos previstos neste item, o objeto contratado tenha sido recebido de forma integral pelo Tribunal.

## CLÁUSULA OITAVA - DA RESCISÃO

O inadimplemento das Cláusulas e condições estabelecidas neste instrumento assegurará aos Contratantes, nos termos do art. 77 e 78 da Lei nº 8.666/93, o direito de dá-lo por rescindido, sem prejuízo da aplicação das sanções cabíveis.

## CLÁUSULA NONA – DO FORO

Para dirimir questões derivadas deste instrumento fica nomeado o foro da Seção Judiciária da Justiça Federal de Vitória/ES.

E por estarem justos e acordados, depois de lido e achado conforme, foi o presente instrumento assinado pelas partes:

Pelo Contratante: ALVIMAR DIAS NASCIMENTO, CPF nº \*\*\*.280.887-\*\*

Pela Contratada: FLÁVIO MILANEZI, CPF Nº \*\*\*.746.557-\*\*

Em 26 de setembro de 2022.



Documento assinado eletronicamente por **ALVIMAR DIAS NASCIMENTO, Diretor Geral**, em 26/09/2022, às 18:42, conforme art. 1º, III, "b", da Lei 11.419/2006.



Documento assinado eletronicamente por **FLÁVIO MILANEZI, Usuário Externo**, em 28/09/2022, às 18:25, conforme art. 1º, III, "b", da Lei 11.419/2006.



A autenticidade do documento pode ser conferida no site [http://sei.tre-es.jus.br/sei/controlador\\_externo.php?acao=documento\\_conferir&id\\_orgao\\_acesso\\_externo=0](http://sei.tre-es.jus.br/sei/controlador_externo.php?acao=documento_conferir&id_orgao_acesso_externo=0) informando o código verificador **0818699** e o código CRC **A3F8ADF5**.

Criado por [LETICIA.WERNECK](#), versão 2 por [LETICIA.WERNECK](#) em 26/09/2022 12:16:14.